

**ATA NÚMERO 87/XIII/2.ªSL**

Aos 5 dias do mês de julho de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**ORDEM DO DIA**

**I PARTE**

Audições ao abrigo do artigo 5.º, n.º 2, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA (10h):

Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal (10h00):

- Dr. Manuel Coelho da Silva – (Presidente)
- Conselheiro Daniel Soares de Oliveira
- Conselheira Deolinda Machado
- Conselheiro Diogo Belford Henriques

Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal (11h30):

- Dr. Gonçalo Trigo de Moraes de Albuquerque Reis (Presidente)
- Engenheira Cristina Vaz Tomé – Administradora
- Dr. Nuno Artur Silva – Administrador

**II PARTE**

Apreciação e votação do relatório da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à criação de um Portal Digital Único para a prestação de informação, procedimentos, serviços de assistência e de resolução de problemas, e que altera o Regulamento (UE) n.º 1024/2012 – [COM\(2017\) 256](#) - e da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece as condições e o procedimento que permitem à Comissão solicitar às empresas e associações de empresas a prestação de informações relacionadas com o mercado interno e domínios conexos – [COM\(2017\) 257](#):

Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)

---

## Parte I

### **Audição do Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A.**

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas ao Senhor Presidente do Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, Dr. Manuel Coelho da Silva, ao Conselheiro Daniel Soares de Oliveira, à Conselheira Deolinda Machado e ao Conselheiro Diogo Belford Henriques, explicando de seguida a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar.

O Senhor Presidente do Conselho de Opinião, Dr. Manuel Coelho da Silva, cumprimentou a Senhora Presidente da Comissão e os Senhores Deputados e, de seguida fez uma intervenção inicial referindo, nomeadamente:

- O Conselho de Opinião emana da escolha de 1/3 dos membros da Assembleia da República e é composto por 32 membros. Apesar da pluralidade dos membros que constituem o Conselho de Opinião, 90% dos pareceres, à semelhança do último [Parecer do Conselho de Opinião](#), são aprovados por unanimidade;
- Sintetizou a leitura que resulta do [Parecer do Conselho de Opinião](#), debruçando-se sobre a questão de saber como é que este órgão perceciona a empresa pública, apontando-lhe factores positivos e outras de certo modo criticáveis;
- No que respeita aos aspetos positivos, salientou a estabilidade alcançada nos últimos tempos, resultante do acordo de empresa e do facto de a RTP ter conseguido garantir a sua receita através da contribuição para o audiovisual (CAV) paga pelos portugueses e de ter um residual de proventos comerciais;
- A fusão entre a Rádio e a Televisão não foi feita de uma forma harmoniosa e de facto há um desequilíbrio nos investimentos feitos na rádio;
- No que tange às opções de grelha, referiu que os seriados de baixo custo implementados não estar a ter os resultados esperados, tornando-se assim necessário refletir acerca da qualidade dos mesmos e de todo o seu desenvolvimento;
- Acresce que há muito futebol e alguma escassez de planeamento entre a RTP1, a RTP2 e a RTP3;
- Necessidade de ser feita uma releitura do contrato de concessão;
- Falta de investimento na empresa em termos de equipamentos modernos e adaptados;
- Necessidade de apostar na formação dos trabalhadores da empresa.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Sara Madruga da Costa (PSD), António Cardoso (PS), Jorge Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), que colocaram diversas questões designadamente, sobre:

- Falta de aposta da RTP na defesa e divulgação da língua e cultura portuguesas;

- A ausência de estratégia na divulgação dos conteúdos dirigidos às comunidades imigrantes, mormente a desadequação dos horários;
- A falta de planeamento entre os vários canais da RTP e a necessidade de uma maior informação de proximidade;
- Mínimos históricos de audiência alcançados em 2017 pela RTP 2;
- A desadequação tecnológica dos equipamentos e os problemas laborais da RTP;
- A alteração do modelo de cobrança e entrega da CAV à RTP;
- A requalificação e o reinvestimento nos equipamentos;
- A precariedade de alguns trabalhadores e a necessidade de encontrar soluções diferenciadas para cada um dos casos;
- Empréstimos feitos pela RTP para fazer face à tesouraria da empresa, nomeadamente para pagar salários atempadamente;
- Os trabalhadores com recibos verdes na RTP e a possibilidade de serem integrados na empresa;
- A aposta na produção nacional em várias vertentes e se foram alcançados os mínimos previstos no contrato para que a empresa possa dar um forte contributo na afirmação da cultura portuguesa e uma divulgação da produção nacional;

O Presidente do Conselho de Opinião respondeu individualmente às questões colocadas pelos Senhores Deputados, tendo mencionado, nomeadamente, que:

- Quanto à questão da língua e cultura portuguesas, o Conselho de Opinião tem tido uma postura crítica devido à irregularidade da programação, defendendo uma aposta forte numa pedagogia da língua e da cultura portuguesas através de uma programação adequada;
- A cultura da segurança pode ser feita através de programação para as catástrofes;
- Necessidade de a rádio comunicar com as populações em casos de necessidade;
- A evidente desadequação tecnológica;
- Em relação à questão do modelo de financiamento, a autoridade tributária só depois de cobrar esse imposto é que entrega as receitas à RTP;
- Falta de formação e de investimentos;
- Em relação aos recursos humanos, há trabalhadores contratados a título individual, há empresas de contratação de mão-de-obra temporária ou especializada e trabalhadores da empresa com salários congelados já há bastante tempo;
- Para o Conselho de Opinião a opção pelo conjunto de produções de baixo se calhar não foi a melhor opção, havendo que rever esse tipo de situações.

Na segunda ronda de intervenções foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Sara Madruga da Costa (PSD), Maria Augusta Santos (PS), Jorge

Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), nomeadamente, sobre a RTP Madeira; os trabalhadores da RTP; o papel da RTP para a literacia dos media; a promoção da cultura e da língua portuguesas; o atraso na implementação da TDT; em que data ou em que mês a rádio pública tinha o manual de procedimentos de calamidades concluído; e o incumprimento da RTP no que respeita aos cidadãos com necessidades especiais.

O Presidente do Conselho de Opinião respondeu ao conjunto das intervenções tendo-se referido, designadamente, à necessidade de um plano ousado e inovador nos conteúdos; à avaliação da programação em relação às pessoas com necessidades especiais; às questões financeiras e à perda de qualidade; à perturbação funcional e interna; e às necessidades de modernização.

A documentação e a gravação, podem ser consultadas na [página internet da audição](#).

### **Audição do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A.**

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, Dr. Gonçalo Trigo de Moraes de Albuquerque Reis, à Administradora Engenheira Cristina Vaz Tomé e ao Administrador Dr. Nuno Artur Silva, explicando de seguida a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar.

Os Senhor Presidente do Conselho de Administração, Dr. Gonçalo Trigo de Moraes de Albuquerque Reis, cumprimentou a Senhora Presidente da Comissão e os Senhores Deputados, de seguida os representantes do Conselho de Administração fizeram uma intervenção inicial referindo, nomeadamente:

- No que tange ao alargamento de serviços, a RTP disponibiliza os arquivos históricos *online* que é um serviço inovador;
- Em relação à RTP Internacional há várias inovações que implicam uma melhoria de conteúdos: as legendas em inglês, os conteúdos sobre a diáspora portuguesa e o esforço sistemático na aposta da qualidade;
- Os livros da RTP têm sido muito bem sucedidos, a RTP tem treze livros publicados a uma média de 4 mil, 5 mil exemplares vendidos por cada edição;
- A RTP tem alargado as suas funções a uma série de áreas: a TDT, o arquivo, o internacional, a cultura, a ficção, o cinema;
- No Relatório de Cumprimento de Obrigações de Serviço Público está demonstrado que a RTP tem um financiamento muito baixo a nível europeu;
- Na RTP são notórios os défices em termos de tecnologia e de equipamento;
- A RTP tem vindo a aumentar o grau de investimento, nos anos de austeridade entre 2011 e 2015, a RTP investiu em média 3,7 milhões de euros em tecnologia, o que é manifestamente muito pouco. Em 2016, a RTP investiu 7 milhões de euros e a empresa planeia fazer o mesmo em 2017;
- A certo momento tem que ser tratado o tema das condições dos trabalhadores da RTP. As restrições aplicadas às empresas públicas e aos trabalhadores da RTP infelizmente mantêm-se ativas;

- No que concerne ao papel da RTP nomeadamente, da rádio em termos de apoio à informação em incêndios, em situações de emergência, transmitiram que a RTP está absolutamente disponível para dar toda a colaboração a todas as autoridades. Frisou que a RTP é um bem público que deve estar ao serviço das populações em situações de emergência;
- No que respeita à questão da Guiné-Bissau, salientou que a RTP África é um grande canal, apenas lamentam a situação de suspensão das emissões da Guiné-Bissau. O Conselho de Administração tem toda a disponibilidade para continuar a fazer uma RTP África plural e equilibrada.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Sara Madruga da Costa (PSD), António Cardoso (PS), Paulino Ascensão (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), que colocaram diversas questões designadamente, sobre:

- A falta de investimento na RTP, que tem como consequência que haja uma grande desadequação dos equipamentos nos vários Centros da RTP;
- Os problemas laborais dos trabalhadores;
- Em relação aos problemas laborais da RTP, estando elaborado o levantamento dos problemas dos trabalhadores da RTP, como é que o Conselho de Administração explica, por um lado, que esses problemas se mantenham por resolver e, por outro lado, que haja notícias que dão conta de recrutamentos *ad hoc* de jornalistas de informação com valores e condições salariais acima do normalmente praticado;
- Como é que se conseguem resolver os problemas da CAV;
- Qual é a solução para o problema financeiro da RTP, a solução está apenas no aumento da CAV ou está também nas receitas comerciais;
- O incumprimento das obrigações de acompanhamento das emissões para pessoas portadoras de deficiência;
- A releitura do contrato de concessão;
- A manifestação de excelência que a RTP teve no Festival da Eurovisão;
- As queixas que a comissão de trabalhadores e os sindicatos têm apresentado sobre o ambiente de trabalho que se vive no Centro da RTP Madeira: a prática de assédio moral, a falta de urbanidade da parte da Direção do Centro Regional da Madeira, a violação do código deontológico e a interferência no trabalho dos jornalistas;
- Se está terminado da parte da rádio o manual de procedimentos em matéria de proteção civil para fazer frente a calamidades públicas, se falta a colaboração das entidades públicas para que o manual de procedimentos possa ficar concluído, quando é que o manual ficou pronto e quando é que o Conselho de Administração estima que esteja operacional o manual de procedimentos;
- Na questão do desporto, das mais de 550 horas de documentários desportivos, quantas delas é que são de outras modalidades que não o futebol e quantas horas é que são do desporto feminino.

Os Presidente do Conselho de Administração respondeu individualmente às questões colocadas pelos Senhores Deputados, tendo mencionado, nomeadamente, que:

- A RTP tem os seus trabalhadores e tem uma série de trabalhadores com contratos de prestação de serviços que têm um rendimento médio de €1300, bastante inferior à média da RTP;
- O tema da precariedade existe na RTP porque a empresa durante muitos anos teve restrições totais de contratação. Destarte, a RTP teve que recorrer a situações destas, não foi esta Administração foram todas as Administrações;
- No que concerne ao tema da CAV, salientaram que no respeito ao tema das receitas comerciais o Conselho de Administração tem uma posição de discordância do Conselho de Opinião. O Conselho de Opinião refere que é preciso explorar mais receitas comerciais, isto significa voltar a colocar a RTP numa lógica comercial de programação de concorrência com os operadores privados. O projeto do Conselho de Administração é distinto, consiste em afirmar a RTP pela qualidade e pela diferenciação, mesmo que isso implique menos audiências e menos receitas comerciais;
- No que tange ao contrato de concessão, salientou a necessidade de estabilidade das organizações. A alteração do contrato de concessão não depende apenas da RTP. De facto, o contrato de concessão é assinado entre o Estado, representado pela tutela o Ministro da Cultura e o Ministro das Finanças com a RTP. O último contrato de concessão foi assinado em 2015 por 16 anos e prevê a sua revisão ao fim de 4 anos, ou seja, em 2019.
- No que respeita às delegações regionais, os representantes do Conselho de Administração referiram que não haverá nenhuma redução de delegações regionais;
- No que respeita ao tema das necessidades especiais, frisaram que a RTP faz muito em termos de legendagem, de teletexto e de linguagem gestual;
- No que concerne à gestão da Madeira, não houve nenhum caso concreto de forte indício de incumprimento das regras de boa gestão. O Conselho de Administração fez um levantamento sério, que se pode denominar de um pré-inquérito e deram nota disso ao Presidente do Conselho Geral Independente, foram ouvidas 39 pessoas em 111 pessoas. Consequentemente, foi elaborado um relatório que identifica uma série de situações e que no geral faz uma avaliação de uma certa serenidade, mas também identifica algumas situações que o Conselho de Administração agora quer trabalhar com a gestão local;
- Em relação aos planos de contingência, à atuação em calamidade, o Conselho de Administração tem toda a disponibilidade de colaboração a nível institucional, ao nível das direções da rádio e das equipas editoriais têm toda a disponibilidade para colaborar com as autoridades. A RTP é um instrumento público que deve ser usado nestas situações para transmitir todas as informações;
- No que concerne ao desporto, a RTP é o operador que transmite mais desporto e mais vários desportos. A RTP transmitiu a final do feminino europeu.

Na segunda ronda de intervenções foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Sara Madruga da Costa (PSD), Maria Augusta Santos (PS), Jorge

Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), nomeadamente, sobre a RTP Madeira; os custos do Festival Eurovisão; o manual de procedimento de segurança; a igualdade do género; o investimento planeado para 2016; e o papel da rádio em situações de emergência.

Os representantes do Conselho de Administração responderam às intervenções tendo referido, nomeadamente, no que respeita ao tema da onda média as equipas da RTP o que estão a sugerir é concentrar as capacidades no FM porque tem mais capacidade, funciona melhor e as pessoas estão mais no FM; e a organização do Festival da Eurovisão de 2018 é uma grande oportunidade para Portugal, a RTP tem todas as condições para fazer estes eventos.

A documentação e a gravação da audição, fazendo parte integrante da presente ata, podem ser consultadas na [página internet da audição](#).

## II PARTE

Apreciação e votação do relatório da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à criação de um Portal Digital Único para a prestação de informação, procedimentos, serviços de assistência e de resolução de problemas, e que altera o Regulamento (UE) n.º 1024/2012 – [COM\(2017\) 256](#) e da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece as condições e o procedimento que permitem à Comissão solicitar às empresas e associações de empresas a prestação de informações relacionadas com o mercado interno e domínios conexos – [COM \(2017\) 257](#)

A Senhora Deputada Susana Lamas (PSD) fez a apresentação relatório da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à criação de um Portal Digital Único para a prestação de informação, procedimentos, serviços de assistência e de resolução de problemas, e que altera o Regulamento (UE) n.º 1024/2012 – [COM \(2017\) 256](#) e da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece as condições e o procedimento que permitem à Comissão solicitar às empresas e associações de empresas a prestação de informações relacionadas com o mercado interno e domínios conexos – [COM \(2017\) 257](#)-, que foi aprovado por unanimidade.

A reunião foi encerrada às 14 horas e 25 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de julho 2017

**A PRESIDENTE**

**(EDITE ESTRELA)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Diana Ferreira  
Edite Estrela  
Helga Correia  
João Azevedo Castro  
João Torres  
Joel Sá  
Jorge Campos  
Pedro Pimpão  
Sara Madruga da Costa  
Susana Lamas  
Lúcia Araújo Silva  
Maria Augusta Santos  
Palmira Maciel  
Paulino Ascensão  
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa  
Diogo Leão  
Firmino Pereira  
Ivan Gonçalves  
Joana Barata Lopes  
Luís Monteiro  
Norberto Patinho  
Pedro Delgado Alves  
Pedro do Ó Ramos  
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Pinho de Almeida